

Memórias, lembranças e medos: ser migrante, ser inimigo

Memory, remembrances and fears: to be a migrant, to be an enemy

Maristela Fátima Fabro
Doutoranda, PPGSP-UFSC
Bolsista Capes/Reuni
maristelafabro@hotmail.com

Resumo: Em Santa Catarina, no meio oeste, está situado o Vale do Rio do Peixe, região de forte migração de descendentes italianos. Durante o Estado Novo (1937-1945) sofreu intervenção da política nacionalista do presidente Getúlio Vargas. Esses migrantes passaram a ser considerados “inimigos” por manterem a sua cultura. Esse fator agravou-se consideravelmente com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Para atingir o objetivo de impor a língua nacional, o interventor catarinense, Nereu Ramos, tomou diversas medidas de cunho repressivo. O medo de falar a língua italiana passou a ser o cotidiano de muitos descendentes de migrantes.

Palavras-chave: Ser migrante. Ser inimigo. Medo. Memória.

Abstract: In Santa Catarina, at the Midwest, is located the region of Vale do Rio do Peixe, it is a strong migration area of Italian descent. During the Estado Novo (1937 - 1945) seized of the nationalist politics of President Getúlio Vargas. These migrants came to be regarded as "enemies" for keeping their culture. This factor has worsened considerably when Brazil has entered in World War II. To achieve the goal of imposing the national language, the intervenor of Santa Catarina, Nereu Ramos, took various measures of repressive nature. The fear to speak the italian language has become the daily routine of many descendants of italian migrants.

Keywords: To be a migrant. To be an enemy. Fear. Memory.

Apresentação

O presente artigo analisa os efeitos da imposição de padrões de uma “nova cidadania” aos descendentes de migrantes italianos no meio oeste do estado de Santa Catarina, onde está situado o Vale do Rio do Peixe. A região descrita sofreu forte ingerência da política nacionalista durante o Estado Novo entre os anos de 1937 até 1945. O Estado em redefinição objetivava gerar os “verdadeiros brasileiros” em zonas de colonização “estrangeiras”.

Dessa maneira, um fator incômodo para muitos brasileiros era que grande número de descendentes italianos não se comunicavam em língua portuguesa, língua oficial, a grande

maioria mantinha a cultura e a tradição de suas ascendências, principalmente, a língua italiana, o que interferiu de modo decisivo na vida dos descendentes de migrantes italianos daquela região durante o Estado Novo.

Com objetivo de impor a língua portuguesa, o governo brasileiro, por intermédio do interventor Nereu Ramos, tomou diversas medidas de cunho repressivo para que a língua nacional – a portuguesa - substituísse a língua dos considerados “estrangeiros”.

O medo de falar a sua língua de ascendência passou a ser o cotidiano dos migrantes ali estabelecidos. Muitos passaram a viver escondidos, foram perseguidos e vigiados, por serem considerados inimigos do Brasil. Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, a situação dos descendentes de estrangeiros italianos, alemães e japoneses agravou-se ainda mais.

Neste estudo sobre a nacionalização do ensino e interdição da língua italiana foram identificados reflexos presentes de um ressentimento dos descendentes de migrantes que tiveram parte de sua história apagada. As histórias locais, influenciadas pelo projeto da modernidade, foram interpostas para que a língua “estrangeira” fosse esquecida.

Foram realizadas 16 entrevistas, sendo quatro homens e 12 mulheres, com idade entre 72 a 80 anos. Foi feita a reconstrução da trajetória de vida dos descendentes de migrantes italianos através das entrevistas com a técnica proveniente da história oral e a entrevista foi qualitativa, descrita por Alves-Mazzotti (2001) com um roteiro semiestruturado. No texto final as falas foram mantidas na linguagem original dos entrevistados (sotaques e dialetos).

Os entrevistados para a pesquisa estavam em idade escolar no período do Estado Novo (1937-1945) e sofreram diretamente o processo de nacionalização, no qual a escola foi utilizada como meio homogeneizador e de implementação de uma nova cidadania – a brasileira – para os descendentes de migrantes estrangeiros não ibéricos.

As memórias descritas neste trabalho são formadas por fios de lembranças de um passado que muitos indivíduos não querem rememorar. Um período histórico que ainda existem lacunas que podem ser estudadas.

Sobre a experiência de vida, Thompson (1992, p. 25) descreve: “No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia, mas de muito maior alcance”. Ela também reforça a sua importância como um meio para descobrir outras fontes de informação.

Bosi (1983 p. 22) destaca para o estudo das lembranças de idosos:

Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade.

Por corolário de pesquisa de mestrado, os resultados indicam, ainda hoje, a existência de uma tensão sobre os idosos entrevistados, corporificada no medo e na negação da memória daqueles momentos. Sob a orientação da professora Dr^a Elizabeth Farias da Silva e está inserido na temática do Núcleo de Pesquisa “Projetos globais e o estranho. Situações locais e o diverso”, registrado junto ao CNPQ.

O Estado Novo, os estrangeiros e seu contexto

O Estado novo não é uma simples atitude.
(RAMOS, 1939, p. 17)

Durante o Estado Novo (1937-1945), o sul do país, sofreu a intervenção da política de nacionalização de Getúlio Vargas. No Estado catarinense quem aplicava as ordens provenientes, emanadas do poder central, era Nereu Ramos, nomeado pelo presidente como seu interventor.

Na efetivação do Golpe de Estado brasileiro, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas tinha como um de seus propósitos o fortalecimento do Estado-Nação. A valorização do nacional foi um de seus pontos de partida. Nesse sentido, Nascimento (2002, p. 17) relata:

“Era preciso intervir nas atividades econômicas, de educação e meios de comunicação, a fim de silenciar o canto da sereia das multinacionais e interesses estrangeiros prejudiciais ao país.” Reforça que: “O governo teria que ser dedicado à promoção da riqueza brasileira, ao mesmo tempo que de todas as regiões e população do país. Ele teria que proteger o mercado e promover a cultura e o homem brasileiro”.

Naquele contexto de redefinição, o Estado brasileiro objetivava gerar “os verdadeiros

brasileiros” que viviam nas chamadas zonas de colonização ditas estrangeiras, formadas por imigrantes e descendente de origem europeia não ibérica.

Essas zonas de colonização estrangeiras eram compostas por muitos imigrantes europeus que chegaram ao país para suprir a mão de obra negra que havia sido liberta. O Estado pretendia com essas imigrações “[...] promover uma regeneração dos males atribuídos ao expressivo contingente de negros e mestiços na composição da população brasileira [...] dando assim um lugar ao branqueamento desta mesma população” (FALCÃO, 1999 p. 169). Além da cor da pele clara a favorecer a vinda dos migrantes europeus, foi também o fato de serem agricultores (SEYFERTH, 1999).

Segundo Piazza e Hübener (1983), durante a primeira república, a orientação governamental incentivava a imigração. Desse modo, ocorreu a criação de várias áreas denominadas de colônias nacionais em Santa Catarina. Esses migrantes “Almejavam conforto de toda a família e a possibilidade de construir uma comunidade na qual pudessem, entre outras coisas, viver sua cultura, cultivar sua fé e expressar seus sentimentos”. (RADIN, 2003, p. 21).

Vários fatores influenciaram a colonização do Vale do Rio do Peixe. Um deles foi a construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul¹. Por ela chegaram muitos migrantes à região do Vale do Rio do Peixe. O desembarque ocorria na estação ferroviária que ficava na atual cidade de Herval D’Oeste (RADIN, 2003).

O Vale do Rio do Peixe está situado no meio oeste catarinense, é composto por diversos municípios². Esses municípios foram surgindo em terras que seguiam as proximidades do curso do Rio do Peixe e em sua margem esquerda têm-se os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul. O mapa 1 mostra o traçado da estrada de ferro, cortando o estado de Santa Catarina e seguindo o curso do Rio do Peixe.

¹ A construção da estrada de ferro aconteceu por intermédio da *Brazil Railway Co.* Para a execução do projeto, a empresa recebeu como forma de pagamento quinze quilômetros de terras de largura ao longo dos trilhos. Para a venda das terras as empresas colonizadoras fizeram propagandas, para possíveis compradores no estado do Rio Grande do Sul, o que favoreceu a formação dos primeiros núcleos no Vale do Rio do Peixe (PIAZZA e HÜBENER, 1983; NODARI, 2009).

² Nomes atuais dos municípios do Vale do Rio do Peixe são eles: Joaçaba, Herval D’Oeste, Caçador, Rio das Antas, Videira, Tangará, Luzerna, Lacerdópolis, Pinheiro Preto, Piratuba, Capinzal, dentre outros.

brasileiro da década de trinta, a promoção do processo de nacionalização desses indivíduos. Segundo relata Seyferth (1999, p. 199):

A necessidade de assimilação, de caldeamento, dos identificáveis como alienígenas ou estrangeiros – categorias que, indistintamente, remetem a indivíduos que não nasceram no país (mesmo quando naturalizados) e aos descendentes de imigrantes portadores de identidades étnicas consideradas incompatíveis com o pertencimento à nação –, porém, tornou-se uma questão urgente de segurança nacional na década de 30.

“No Estado de Santa Catarina, os núcleos populacionais de imigrantes estrangeiros desenvolveram-se, quase sempre, relativamente isolados geograficamente e distantes do contato com as populações brasileiras”, assim a língua materna permaneceu como língua falada; muitos não conheciam da língua portuguesa (FIORI, 1991, p. 100).

Naquele contexto, Fabro (2010, p. 106) destaca:

Com a formação das pequenas colônias de imigrantes, surgiu a necessidade de implementar algumas condições mínimas para a sua sobrevivência. Iniciava-se com a construção de uma casa provisória com madeiras retiradas da própria mata e, posteriormente, o paiol para que se guardassem as ferramentas de trabalho e os alimentos produzidos. Mais tarde era construído o estábulo ou um coberto para o alojamento dos animais que auxiliavam no sustento alimentar e no trabalho da roça.

Gradativamente após se instalarem nas pequenas colônias era construída a escola, a igreja e o cemitério, mantendo assim o convívio entre os moradores do local, pois a cidade ficava distante da vila/colônia. Muitas famílias chegavam com crianças em idade escolar.

A escola nacionalista

As regiões de imigrações estrangeiras não ibéricas estavam sob a atenção do governo brasileiro com objetivo: “A consolidação da nação e da nacionalidade brasileira envolvia estratégias de integração territorial e das populações dispersas neste território, afigurando-se como possibilidades de estender a ‘luta civilizadora’ aos parâmetros de brasilidade” (Campos, 2008, p. 64).

Contrariando a política de colonização, Vargas determinou diversas medidas

coercitivas com o objetivo de nacionalizar todo o país, assim, Seyferth (1999, p. 199-200) relata:

No contexto de amplo criticismo sobre a política de colonização com imigrantes implementada antes de 1930, a partir de 1937 foram tomadas medidas coercitivas visando a atingir as organizações comunitárias étnicas produzidas pela imigração, em nome da tradição de assimilação e mestiçagem demarcadoras da nacionalidade. Mudanças na legislação e a ação direta do Exército junto aos grupos considerados “quistos raciais” interferiram na vida cotidiana de uma parcela significativa da população, sobretudo no Sul e em São Paulo.

A escola foi utilizada fortemente para que a nova geração escolar aprendesse em sala de aula os preceitos demandados pelo governo brasileiro e catarinense.

É a república brasileira circunscrevendo um lugar/espço próprio de cunhagem de corpos e espíritos sob nova dimensão. É a ereção de uma tentativa de um novo cunho nas subjetividades de alunos e alunas não só através da cultura letrada, mas também em um espaço praticado, próprio do dominador – a escola. É nesse espaço praticado onde as novas gerações receberão saberes e diretrizes condizentes com a concepção de Estado-Nação. A disciplina terá vínculo com o cidadão e a pátria será trabalhada pela escola, como uma segunda mãe. (RIBEIRO E SILVA, 2003, p. 13).

Em Santa Catarina, “[...] o Interventor Nereu Ramos sancionou decretos impondo maior eficiência na nacionalização do ensino. Passaram a ser (sic) proibidos nomes estrangeiros nas escolas e o não funcionamento de escolas particulares sem a devida licença do Estado” (PIAZZA; HÜBENER, 1983, p. 137). Muitas crianças chegavam à escola pública e não sabiam falar uma palavra em língua portuguesa, principalmente quem morava no interior das cidades como conta Ana (2008)³: “Eu fui na aula e nem sabia falar em brasileiro, nem entendia. Daí, às vezes, apanhava do professor porque não sabia falar”.

Dessa maneira, “O Estado brasileiro cumpria seu papel, naquele momento, de padronizar a fala, de tornar único um falar que fugia às possibilidades de controle oficial” (CAMPOS, 2006, p. 114).

Muitos só foram aprender a língua portuguesa após a proibição de falarem a língua italiana ou quando começam ir à escola, como conta Duzolina (2010): “Eu me obriguei a aprender [língua portuguesa] aquela vez porque [o italiano] era proibido”. Já Faustina (2010)

³ Será mantida a fala original dos/as entrevistados/as, respeitando as questões culturais e o modo de falar de cada indivíduo.

relata: “Sabia os dois juntos, mais o português, acho que porque a gente ia junto com o pessoal da estrada de ferro, eles falavam só o português”. Assim descreve Pedro (2009):

[...] as irmãs falavam a língua portuguesa e a gente aprendeu também, e o curioso é que, por exemplo, eu e meus irmãos aprendemos a falar o português em casa, então, o pai, a mãe também, por exemplo, pegava um objeto e dizia o nome em italiano e do italiano para o português. Depois, eles pegavam [o objeto e perguntavam:] como é que chama isso em português? Faziam tipo uma sabatina pra ver se a gente sabia e assim a gente foi aprendendo. Depois a convivência com a escola, né, com os vizinhos, com outras pessoas nos domingos na igreja. Então, a gente foi aprendendo assim.

Desse modo, todos os “estrangeiros” tinham a necessidade de falar a língua portuguesa, assim, quando as crianças voltavam da escola ensinavam o novo idioma para que todos aprendessem a língua nacional. Quem morava na colônia, quando ia à cidade para tratar de negócios, sempre deveria falar a nova língua, como rememora Duzolina (2010):

Quando eu a minha irmã ia para a cidade tinha que treiná o brasileiro, a gente ficava com medo de falar o brasileiro errado. Às vezes, tinha que se treiná, eu chegava ficava mais quieta, só respondia se necessário, que não sabia falar, ficava enrolado, a gente tinha receio, era nova. Naquele tempo, era proibido falar o italiano, quando fui na escola aprendi mais o português, só quando ia na escola e na cidade, em casa e com os vizinhos era só em italiano, todo mundo falava o italiano.

Quem não soubesse falar a língua portuguesa fica recluso, como conta Marina (2010): “Eu lembro que tinha a nona, que não sabia falar o brasileiro, ela ficava só em casa, quem não sabia ficava em casa, se escondia”. Ângela (2010) rememora que aprendeu “O português foi na escola, só lá em português, chegava em casa só em italiano [...]”. Assim, com o passar dos anos e o falecimento dos mais velhos, a língua portuguesa foi tornando-se oficialmente a língua falada. Segundo Santos (2000): “Muitos pais deixaram de falar seus idiomas de origem em suas casas ou abandonaram seus sobrenomes nos registros dos novos filhos”.

Desse modo, as estratégias tomadas durante o período de nacionalização da educação fizeram com que o setor tomasse um caminho diferenciado no país, assumindo um importante significado para as regiões de imigração alemã e italiana como destaca Campos (2006, p. 19):

A prática interventora do Estado junto à sociedade foi tomada como parte do movimento dirigido para modificar comportamentos e sentimentos dos indivíduos na sua vida cotidiana. Essa prática passou pelo refazer de hábitos e condutas, elementares nas relações pessoais, na sociedade local, bem como

pela transformação dos indivíduos em trabalhadores brasileiros. Isso implicou uma nova relação estabelecida entre o Estado e a sociedade. O movimento, vinculado a um amplo projeto de caráter nacionalista, atingiu diversas instituições, como família, escola, espaço de trabalho e lazer.

Em Santa Catarina, muitas escolas foram fechadas e professores substituídos. As aulas passaram a ser exclusivamente em língua portuguesa. Fabro destaca (2010, p. 17):

A educação naquele período passou a ser utilizada como um meio não só de socialização, mas de constrangimento, para que as novas gerações do Vale do Rio do Peixe esquecessem as tradições de sua cultura e assim passassem a incorporar os costumes e as tradições, ditas, brasileiras.

Dessa maneira, quem não aceitasse a nova ordem imposta, passou a ser considerado um “inimigo” do Brasil, conforme destaca Ramos (1939, p. 10): “Desconhecer a língua da pátria é pecar gravemente contra ela. É faltar a um dos seus grandes mandamentos. Desestimá-la, atentar contra a sua unidade”.

Durkheim (1978, p. 41) diz que a educação é o meio em que a criança é preparada para garantir a sua existência, é essencial no desenvolvimento de toda uma sociedade, e que:

A educação é ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social, tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.

Assim com o material direcionado para o ensino em sala de aula, as medidas nacionalizadoras foram utilizadas para moldar as crianças, os decretos estaduais normatizavam e a educação foi cumprindo seu papel e incutiu a “nova cidadania” nos filhos de descendente de imigrantes estrangeiros não ibéricos instalados no Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina.

Os adultos, o medo e a guerra

Os adultos com menos facilidade em aprender a nova língua tiveram maiores dificuldades na sua assimilação, muitos evitavam sair de casa e se comunicar com os

brasileiros, o medo de represália passou a fazer parte do seu cotidiano.

Bauman, (2008, p. 8, destaque do autor) descreve sobre o medo:

[...] mais assustador quanto difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. ‘Medo’ é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e de que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance.

Quando as crianças voltavam para casa da escola elas ensinavam aos adultos o que haviam aprendido em sala de aula, assim, gradativamente a nova língua foi se misturando e substituindo a língua de ascendência nos locais públicos. Dentro dos lares ainda era possível falar a língua materna, desde que “os brasileiros” não ouvissem. Segue alguns relatos sobre a proibição em falar outro idioma que não fosse o nacional.

Zelinda (2010): “Lembro era proibido falar em italiano”. “[...] a mãe dizia para cuidar na escola, para não levar castigo do professor”.

Filomena (2010): “As pessoas tinham medo de sair de casa, medo de falá na cidade, a gente tinha o português muito ruim, a gente falava muito mal”.

Duzolina (2010): minha irmã me repreendia para que eu não falasse errado[a língua portuguesa]

Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, ocorreu “Em Santa Catarina, como em todo o país, alemães, italianos, japoneses e descendentes foram os alvos suspeitos na mira da população e da polícia, o que oportunizava, então, enfrentamentos étnicos”. Como consequências além de financeiras, muitas foram de ordem emocional (FAVERI, 2005, p. 43).

Naquele contexto, Faveri (2005, p. 37) descreve que: “Ressentimentos: talvez seja a melhor palavra, no plural, para localizar os sentidos vividos nos anos em que o Brasil esteve envolvido nas tramas da Segunda Guerra Mundial, interferindo decisivamente na vida cotidiana de homens e mulheres” e reforça que:

Naqueles tempos, estratégias governamentais arvoraram-se na produção de sujeitos que temessem um ‘outro’, ou aquele que, na contingência das relações, era inimizado por conta de sua origem étnica. Ao mesmo tempo, pretenderam que construíssem como ‘bons brasileiros’ e patriotas – não sem intolerâncias, silêncios, violências, astúcias, marcas inscritas na

contemporaneidade, que mexem em fragmentos descontínuos, próprios do lembrar no diálogo com o passado. (FAVERI, 2005, p. 37-38).

Desse modo, Pedro (2005, p. 12) reforça: “A guerra é como uma pedra jogada na água: para além do impacto localizado, ela provoca várias ondas e, nestas, leva o desespero, o sofrimento, a destruição para muito além do lugar de impacto”. Assim, “O medo da prisão ao menor deslize na língua agravou-se com o temor de castigos físicos, estratégias disciplinadoras presentes nas representações deste contexto de absoluto controle, sobretudo sobre os estrangeiros e descendentes”. (FAVERI, 2005, p. 262).

Outro fator que causava grande apreensão para os migrantes e descendentes eram os espiões⁴ que estavam a serviço da “nação” brasileira. Se alguém falasse em língua estrangeira ou ouvisse algum programa de rádio em outra língua poderia ser denunciado e preso.

Assim, relata Fabro (2010, p. 117): “A utilização do poder via coerção física, ocorrida sobre as gerações de italianos aqui nascidos, foi um dos modos encontrados para que o poder local, por meio de seus ‘espiões’, garantisse a nacionalização de todos”. Percebe-se o medo do espião nos relatos dos entrevistados:

Alcides (2010) “[...] nessa época tinha uma negrada que se via alguém falando em italiano tratava de denunciar para o inspetor de quartirão⁵”. “Tinha um metido a bandidão, não podia falar em italiano que ele entregava”.

Duzolina (2010): “eles ficavam vigiando”.

Inês (2010): “Não se podia falar em italiano, tinha espiões que vinham escutar se a gente falava em italiano, ou se ouvia a rádio em italiano. Ele espiava e ia contar depois pro delegado. A gente tinha um medo! Quando escurecia, a mãe mandava fechar bem a casa”.

Mafalda (2010): “Lembro do nego que vinha escutar na janela do lado da rua para escutar se falavam em italiano e a rádio. Sim, tinha tempo lá que tinha proibido falá em italiano, mas a gente em casa falava mesmo [...]”.

Hortência (2010): “O pai encostava a orelha no rádio para ninguém de fora ouvir o que ele estava escutando, ele tocava tudo nós pro quarto. O pai dizia que podia casar com tudo as raças menos com negro”.

Inês (2010) conta que o homem espiava à noite, mas de dia era amigo de sua família.

Essa política repressiva, as perseguições, de certo modo, retirava qualquer direito de defesa para os considerados estrangeiros. Assim, “Destas redes ficaram cicatrizes, rancores e

⁴ O espião descrito pelos entrevistados como um homem comum, um morador da própria vila de origem brasileira, sem ascendência europeia.

⁵ O inspetor foi descrito como “delegado” da vila.

ressentimentos que ainda cavoucam nas memórias”. (FAVERI, 2005, p. 205-222).

As crianças e os adultos descendentes de estrangeiros não ibéricos que inicialmente vieram para ajudar no trabalho passaram a ser considerados inimigos, foram vigiados e muitos perseguidos por sua ascendência. Assim, a memória coletiva a partir de lembranças/individuais, o medo e a cidadania implementada nos descendentes de italianos, demonstrou que o silêncio ainda perdura em tempos de democracia e pluriculturalismo em que vivemos.

Algumas considerações finais

O foco do trabalho foi o estudo sobre a nacionalização em zona de imigração italiana. Existe um vasto referencial de estudo sobre as zonas de colonização germânicas e consequências, como os de Cyntia Machado Campos (2006, 2008), Neide de Almeida Fiori (2003), Giralda Seyferth (1999), Jaecyr Monteiro (1979), César Paiva (2003), Denise Zago (2007), Adelar Heinsfeld (2005) entre outros estudiosos sobre o assunto, entretanto, sobre os italianos na zona do Rio do Peixe, a pesquisa em pauta, pode ser considerada uma das pioneiras.

No decorrer desta pesquisa analisamos os fatos acontecidos durante o Estado Novo (1937-1945) sob o comando do então presidente Getúlio Vargas, que governou o país com poderes ditatórios, utilizando as medidas de nacionalização para garantir a unidade brasileira.

O nacionalismo brasileiro tecendo a identidade nacional fez com que os descendentes de migrantes italianos instalados no Vale do Rio do Peixe tivessem a sua identidade cultural de ascendência materna substituída pela nacional para que pudessem permanecer nas suas terras em segurança e com liberdade para se comunicar.

O governo catarinense, com o objetivo de substituir a língua de ascendência pela língua portuguesa oficial, utilizou-se do poder-repressão e do domínio-educação sobre as crianças, que estavam em idade escolar, para lhes inculcar nacionalidade e a cidadania, circunstância que reverbera até hoje, como demonstraram os entrevistados e entrevistadas nesta pesquisa na forma do silêncio indicando, ainda a incerteza do medo.

Assim, como as medidas nacionalistas aos poucos foram “abrasileirando” os migrantes e seus descendentes daquela região, os ensinamentos aprendidos em sala de aula eram repassados em casa e, gradativamente, a língua portuguesa foi tomando o lugar da língua

materna estrangeira.

Muitos pais e professores tentando proteger as crianças foram paulatinamente aprendendo e ensinando a nova língua, tomando para si os costumes dos brasileiros. Como tática, alguns se calaram nos locais públicos.

As crianças tiveram fundamental importância na aprendizagem da língua nacional e dos costumes pelos adultos, lhes ensinado o que aprendiam em sala de aula.

O silêncio pode ser entrelaçado com o que foi dito nas entrevistas, o olhar demonstra a expressão de lembranças que muitas vezes são rememoradas com dor e sofrimento, outras com muita alegria de “um tempo que não volta mais”. Segundo Orlandi (1992, p. 51), [...] o silêncio não é interpretável mas compreensível”.

Lembrarem-se daquele período, é como se os entrevistados revivessem as alegrias e sofrimentos; alguns falaram, outros preferiram negar suas lembranças, assim, o silêncio para alguns entrevistados permanece como uma possibilidade de certeza e ao mesmo tempo afastando a incerteza do medo.

Procuramos nesta pesquisa, via memória, indicar como a cidadania brasileira foi imposta aos remanescentes da experiência e que muitos fatos ainda reverberam nos dias atuais.

Dessa maneira, o passado está contido nas memórias de muitos descendentes de migrantes que, por suas lembranças, relataram o que era ser considerado um “estrangeiro” durante o período nacionalista.

Para os entrevistados evocar o passado é reconstruir um período difícil em suas vidas. Naquele período, no decorrer do Estado Novo (1937-1945), eles eram/foram considerados “inimigos e estrangeiros” no Brasil.

Referências

- ALVES-MAZZOTI, O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thonson Learning. 2001.
- BAUMAN, Z. Medo Líquido. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOSI, E. MEMÓRIA E SOCIEDADE: lembrança de velhos. São Paulo. T. A. Queiroz, Editor, 1983.

CAMPOS, C. M. A política da língua na era Vargas: proibição de falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

_____. C. M. Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

DURKEIM, É. Educação e sociologia. 11. ed. São Paulo. Melhoramentos. 1978.

FABRO, M. F. A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO NO VALE DO RIO DO PEIXE (1937–1945). 2010. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – PPGSP/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FALCÃO, L. F. A Guerra Interna (Integralismo, Nazismo e Nacionalização) In: BRANCHER, Ana (org.). HISTÓRIA DE SANTA CATARINA: Estudos Contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 167–198.

FIORI, N. A. Aspectos da Evolução do Ensino Público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FÁVERI, M. de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2. ed. Itajaí. E. Univali; Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2005.

NASCIMENTO. B.H. A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Instituto de Estudos Brasileiros/ USP, 2002.

NODARI, E. S. Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2009.

ORLANDI, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas: SP: Editora da UNICAMP, 1992.

PEDRO. J. M, Prefácio. In: FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2. ed. Itajaí. E. Univali; Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2005.

PIAZZA, W. F.; HUBENER, L. M. Santa Catarina: história da gente. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.

RAMOS, N. A OBRA NACIONALIZADORA DO ESTADO NOVO – EDUCAÇÃO FÍSICA. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

RADIN, J. C. Italianos e comunidades rurais no Oeste Catarinense, BENEDET, José H. e MILANI, Maria L. Facetas da colonização italiana: Planalto e Oeste catarinense. Joaçaba:

UNOESC, 2003, p. 19-121.

_____. José Carlos (org.). Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens. Joaçaba: UNOESC, 2005.

RIBEIRO, B.O.L.; SILVA, E. F. O Grupo Escolar de Villa Platina e a Educação: variações intrínsecas sobre um prédio determinada. 2003, p 1-20.

SANTOS, S. C. (org.). Santa Catarina no Século XX: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Editora UFSC: FCC Edições, 2000, p. 7-61.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: Repensando o Estado Novo /Dulce Pandolfi, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 out. 2009.

RAMOS, N. A OBRA NACIONALIZADORA DO ESTADO NOVO – EDUCAÇÃO FÍSICA. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.